

STJ (Serv. Mº.Pº.)  
Sec. Processos -  
Inq. nº 58/21.9TELSB

Exmº. Sr. Juiz Conselheiro  
(de Instrução Criminal)  
do Supremo Tribunal de Justiça

António Garcia Pereira, Advogado, requerente e interveniente principal nos autos do inquérito-crime à margem indicados, notificado do despacho neles proferido, em sede de reclamação hierárquica da decisão que lhe negou acesso aos autos, pelo Sr. Procurador Geral da República, vem, suscitando deste modo a superior intervenção jurisdicional de V. Exª., expor e requerer o seguinte:

**1º**

Oportunamente requereu o signatário ao Sr. Procurador Geral Adjunto titular do supra-mencionado inquérito – tal como já sucedera com outros 2 inquéritos-crime em que tal acesso lhe fora deferido (nºs. 20/22.4TRLSB e 60/22.3TRLSB), tendo podido consultá-los – acesso, para consulta, ao mesmo,

**2º**

Para tal invocando e demonstrando o múltiplo e legítimo interesse do ora requerente (e que aliás, e como nos outros 2 casos, foi reconhecido e aceite) e declarando desde logo também aceitar a anonimização de todos os dados pessoais que de tais autos constassem,

**3º**

Até porque aquilo que então estava, e está, em causa é saber quem do Ministério Público, quando, como e porquê promoveu, decidiu a instauração e assegurou a direcção, (e ordenando que tipo de actos e com que fundamentos) durante 3 anos, de um inquérito-crime visando um Juiz de Direito, o Sr. Dr. Ivo Rosa – contra o qual, note-se, o mesmo Mº. Pº. instaurou um total de 5 (cinco!) processos-crime, que segundo foi publicamente noticiado, terminaram, todos com despacho de arquivamento.

**4º**

Sucedem, porém, que nestes autos – onde foi também publicamente noticiado que terão sido ordenadas e realizadas diligências gravemente invasivas, como o acesso à facturação detalhada do telemóvel do Juiz visado, geolocalização do mesmo e respectivos percursos, vigilâncias pessoais, acesso a contas bancárias, etc., - e contrariamente ao anteriormente decidido quanto aos dois outros inquéritos-crime consultados pelo signatário, foi-lhe o referido acesso proibido, sob o argumento essencial da privacidade dos dados recolhidos nos actos processuais e da não justificação da alegada lesão dessa mesma privacidade pelos interesses inerentes à forma de publicidade do processo penal prevista no art.º 90º do CPP.

**5º**

De tal decisão, apresentou oportunamente o signatário a competente reclamação hierárquica para o Sr. Procurador Geral da República, argumentando essencialmente o seguinte, que ora se transcreve e se dá aqui para todos os efeitos por integralmente reproduzido:

“- Tendo sido reconhecido o interesse legítimo do requerente na pretensão de acesso aos autos formulada, fundamenta-se o indeferimento do pedido no específico regime de segredo dos elementos recolhidos nos autos cuja tutela e protecção se manteriam apesar da sua integração num processo penal findo e relativamente ao qual não vigea segredo de justiça.

Contudo, tal argumentação, ainda que formalmente correcta, não tem aplicação no caso concreto, uma vez que:

(...)

“4º - Desde logo porque o requerente, desde o início, admitiu a anonimização de todos os dados e elementos que pudessem ser considerados pessoais, mais ainda se sensíveis,

5º - E ainda porque a palavra e a decisão decisas nessa matéria serão, não o titular de inquérito mas o titular desses dados, e não constando que este haja sido ouvido sobre se autorizava ou não a respectiva disponibilização. Em qualquer caso,

6º - O signatário não está minimamente interessado em saber para que números de telefone e para que pessoas ligou o arguido Sr. Juiz Desembargador Ivo Rosa, ou que números de telefone e que pessoas terão ligado para ele; ou que concretos locais foram rastreados e identificados pelo rastreamento e localização do respectivo telemóvel; ou quais os números, saldos e instituições financeiras das contas bancárias do visado, ou movimentos de cartão de débito ou de crédito; ou quais os locais onde o mesmo arguido terá sido submetido a acções de vigilância e/ou escuta presencial; ou quais os números de identificação, designadamente fiscal, bem como quaisquer valores das respectivas declarações de rendimentos, ou a identificação de concretos bens móveis ou imóveis de que seja titular, etc., etc., etc.,

7º - Esses sim dados e elementos da privacidade do visado, e que o mesmo tem direito a que sejam mantidos no domínio da confidencialidade

8º - Aquilo em que o signatário tem interesse mais que legítimo é, sucessivamente, no teor da queixa anónima que terá dado início aos presentes autos, dos despachos que decidiram, respectivamente, a abertura do inquérito, a realização de cada tipo das diligências a efectuar e, enfim, o encerramento do inquérito com o arquivamento dos autos, e bem assim o(s) relatório(s) do(s) órgão(s) de polícia criminal relativamente às diligências desenvolvidas, sempre e em qualquer caso desde já (tal como desde o início) se aceitando que sejam ocultados nomes, locais e quaisquer elementos de identificação ou outros dados pessoais.

9º - Com efeito, todos os procedimentos e processos num Estado de direito democrático baseado na transparência, na lealdade e na boa fé na sua relação com os cidadãos (art.ºs 1º, 2º, 9º, al. b), 20º, nº 4, 266º, nºs 1 e 2 e 268º, nºs 1 e 2, todos da CRP) são em princípio públicos, apenas salvaguardadas as excepções ditadas por lei com vista à defesa de direitos e interesses constitucionalmente consagrados,

10º - Natureza pública essa ainda mais importante quando se trata do funcionamento e actuação de organismos, titulares e agentes dos únicos órgãos de soberania que não têm uma legitimidade democrática electiva como são os Tribunais. Ademais,

11º - A regra geral do processo penal é, nos termos do art.º 86º, nº 1 do CPP a da sua natureza pública, sendo excepcionais – e, logo, insusceptíveis de aplicação analógica – as normas que disponham de forma diversa.

12º - Num Estado de Direito democrático não há nem pode haver poderes insindicados e insindicáveis, como sucederia se o Mº. Pº. pudesse ordenar e dirigir investigações, inclusive altamente intrusivas e durante anos a fio, visando cidadãos, e pudesse depois mantê-las secretas,

13º - Impedindo assim que o Povo – em quem reside o Poder soberano que os órgãos de soberania em seu nome exercem (art.ºs 108º e 110º, nº 1 da CRP) – pudesse sindicá-la a autoria, o momento, o modo e as finalidades com que os poderes investigatórios foram afinal utilizados.

14º - Tendo presente tudo quanto antecede, afigura-se ao signatário que – aceitando a já referida anonimização e concretizando aquilo que verdadeiramente pretende conhecer, analisar e estudar – não há quaisquer dados ou elementos pessoais confidenciais ou sensíveis cuja necessidade de tutela justifique a não disponibilização dos elementos supra-referidos no nº 8,

15º - Pelo que tal não disponibilização resta assim sem qualquer fundamento legal ou constitucional válido,

16º - Sendo que era o que faltava era que o Mº. Pº. – por exemplo com base numa queixa anónima ou até sem base alguma – decidisse investigar um determinado cidadão, para mais se com decisões, posições ou opiniões críticas relativamente ao mesmo Mº. Pº., ordenando aos OPC's que o seguissem e rastreassem os seus movimentos, obtivesse e consultasse a facturação detalhada dos seus telefonemas, efectuados ou recebidos, acesse às suas declarações de rendimentos e demais dados fiscais, bem como às respectivas contas bancárias e seus movimentos, e depois ordenasse o arquivamento dos autos por absoluta falta de indícios da prática de quaisquer ilícitos criminais mas pudesse (mesmo que sob a invocação a tutela dos direitos do visado!?) eximir ao conhecimento público todos os actos que entretanto praticara.”

E foi com estes fundamentos que então reclamou o signatário para o Sr. Procurador Geral da República no sentido de que fosse deferido o requerido, com a disponibilização do acesso aos elementos referenciados no antecedente nº 8.

#### **7º**

Note-se, e registe-se, por outro lado e desde já, que em parte alguma quer desse despacho do Sr. Procurador Geral Adjunto do STJ, quer da decisão do Sr. Procurador Geral da República consta que o Sr. Juiz Desembargador Dr. Ivo Rosa haja sido chamado a pronunciar-se sobre se, por ele, autorizava ou não o signatário a aceder aos dados do processo, anonimizados ou não, e menos ainda que se haja oposto ao mesmo acesso.

#### **8º**

Face a tal reclamação, o Sr. Procurador Geral da República tratou de a desatender pelo despacho ora reclamado, mantendo na íntegra a decisão reclamada,

#### **9º**

Mas fazendo-o, de forma tão errônea quanto significativa da postura do Mº. Pº., insistindo no argumento da pretensa protecção da vida privada do Juiz visado,

**10º**

Invocando assim que “os actos decisórios proferidos e os elementos de prova coligidos se reconduzem a quebras de sigilo pelo que deverão manter-se protegidos pelos respectivos regimes” (sic),

**11º**

E, mesmo, que essa sua decisão corresponderia alegadamente a uma “exigência que é decorrente dos princípios constitucionais vigentes, das normas, procedimentos e exigências de um Estado de Direito democrático.”

**12º**

E tudo isto, recorde-se, de novo, para além da significativa circunstância de que ao titular dos ditos dados e elementos não foi, pelo Mº. Pº., possibilitado pronunciar-se sobre se autorizava ou não a disponibilização do que quer que fosse ao signatário. Ora,

**13º**

É desde logo surreal que o mesmo Mº. Pº. que – com base numa queixa dita anónima que, segundo o próprio Mº. Pº., se veio a revelar manifestamente insubsistente – se permitiu ordenar a devassa da vida pessoal, social, familiar, profissional, financeira de um Juiz de Direito de cujas posições manifesta e publicamente discorda, naquilo que se configura poder consubstanciar um conjunto de gravíssimas violações precisamente dos citados “princípios constitucionais vigentes, das normas, procedimentos e exigências de um Estado de Direito democrático”, os venha, agora pela mão do Sr. Procurador Geral da República, pretender invocar em abono dessa sua conduta.

**14º**

Importa, por isso, reafirmar que num Estado de Direito democrático precisamente não podem existir poderes insindicáveis e/ou insindicados, que o Mº. Pº. não está acima da lei e que toda a sua actividade – em particular a que, como aqui, contende directamente com direitos, liberdades e garantias dos cidadãos – há-de poder ser objecto de escrutínio e de controlo,

**15º**

E acima de tudo de controlo externo, por parte do Povo em nome do qual os próprios órgãos de soberania exercem o respectivo Poder.

**16º**

Mais! Tudo o que, embora com enorme dificuldade, foi sendo conhecido da actuação do Mº. Pº. nestes autos é até objectivamente susceptível de poder consubstanciar a prática de ilícitos civis e até criminais, inclusive de natureza pública, e mesmo daqueles ilícitos para cuja persecução penal qualquer cidadão pode, nos termos dos art.º 68, nº 1, al. e) do CPP, constituir-se assistente.

**17º**

Ora, Exmº. Sr. Juiz Conselheiro, como se há-de poder verificar e controlar se o Mº. Pº. não abusou dos seus poderes para, sob a capa de um processo-crime que durou 3 anos, obter algum dado comprometedor (ilícito ou mesmo não ilícito) acerca de uma pessoa de que não gosta, senão precisamente podendo verificar-se, pelo menos uma vez findo o dito processo, tudo aquilo que o mesmo Mº. Pº. decidiu, praticar e fez praticar, com que fundamento, e com que modo, tempo e lugar?!

**18º**

A tese consagrada no despacho ora reclamado pelo Sr. Procurador Geral da República e que ele pretende assim impôr é a da mais absoluta, intolerável e inconstitucional opacidade (e, logo, impunidade) da actuação do Mº. Pº., ao menos quando feita à sombra e sob a invocação não apenas de “investigações preventivas” como também e até sobretudo – como aqui sucede – de inquéritos-crime,

**19º**

E são os princípios constitucionais que proíbem intromissões injustificadas e abusivas na vida dos cidadãos e impõem a todos os órgãos, organismos e agentes do Estado a transparência e o controlo, desde logo jurisdicional, mas

também social e político, de todos os seus actos que são feridos de morte pela construção jurídica consagrada na decisão ora reclamada. Com efeito,

**20º**

A vertente normativa consagrada no Despacho do Sr. Procurador Geral da República significaria que, a partir de agora, o Ministério Público poderia, sempre sem qualquer escrutínio ou controlo exterior:

- a) Com base numa denúncia anónima, sabe-se lá produzida por quem e mesmo que sem qualquer indício da prática de um crime, instaurar contra quem quer que seja um dado processo-crime;
- b) Depois, no âmbito e sob a invocação de existência deste, decidir, praticar, ou promover praticar actos altamente intrusivos e invasivos da privacidade do visado, obtendo sobre este todo um conjunto de dados e elementos pessoais, inclusive de natureza altamente sensível, mas sem qualquer natureza e/ou relevância jurídico-penal;
- c) E tendo a dita denúncia anónima dado mesmo origem à abertura de inquérito-crime – e, logo, não sendo possível a destruição daquela face ao disposto no art.º 246º, nº 8, do CPP – o qual é depois objecto de um despacho final de arquivamento, apesar de não se encontrar já o mesmo processo em segredo de Justiça e não obstante o estatuído nos art.ºs 86º, nº 1 e 90º, nº 1 do CPP, o M.º P.º poderia impedir que os interessados – e desde logo os próprios visados – tomassem conhecimento de quais os actos decisórios proferidos e os elementos de prova, coligidos relativamente a eles, assim como, quando, porquê e para quê, fora praticado, tudo isto sob o pretexto da protecção dos direitos pessoais dos mesmos visados!?



**21º**

Ora esta solução normativa é totalmente violadora de preceitos e princípios fundamentais da Constituição da República como as da defesa da dignidade humana (art.º 1º), do respeito e da garantia da efectivação dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos (art.º 2º), do direito à Justiça mediante um processo equitativo (art.º 20º, nº 4), das máximas garantias de defesa (art.º 32º, nº 1) e da garantia do poder jurisdicional (de um Juiz) na administração de Justiça, e no exercício dos poderes a ela inerentes (art.ºs 32º, nº 4 e 202º, nº 1), precisamente para assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos (art.º 202º, nº 2), todos da CRP,

**22º**

Bem como consubstancia uma violenta e mesmo grotesca violação dos basilares princípios da “Justice as fairness” e do imperativo de lealdade na interacção do Estado e dos seus órgãos e agentes, maxime o Mº. Pº., com os cidadãos, consagrados no art.º 6º da CEDH e repetidamente afirmados pela Jurisprudência da TEDH (v.g. Acórdão do TEDH nº 926/05, Proc. Taxquet c. Bélgica [GC], de 16/11/2010, § 84),

**23º**

Sendo mesmo caso para dizer – e dizer as vezes que forem precisas – que Ministério Público como um Estado dentro do Estado, cidadãos destituídos dos seus direitos fundamentais e Juízes de instrução criminal expropriados do seu poder jurisdicional são realidades totalmente inconcebíveis e inadmissíveis no nosso ordenamento jurídico-constitucional, e por tudo isso o ora reclamado despacho do Sr. Procurador Geral da República não pode subsistir, devendo ser revogado.

**24º**

Acresce que também não é de todo aceitável o entendimento de que a V. Exª., como Juiz de instrução criminal, faleceria afinal legitimidade ou competência para intervir e decidir nos presentes autos, em particular quanto à pendente

questão do acesso aos autos sob o pretexto de que os mesmos seriam de inquérito e estariam findos.

**25º**

É que, perante uma decisão do Mº. Pº., para mais de carácter eminentemente administrativo, e ainda por cima proferida em causa própria e sendo lesiva de direitos e princípios fundamentais, a única entidade com poder jurisdicional, isto é, com poder de dizer o Direito e de definir a situação jurídica, é o Juiz, neste caso o Juiz de instrução (art.ºs 32º, nº 4 e 202º, nº 1, ambos da CRP), independentemente de quem seja a entidade – sem poderes jurisdicionais – titular do inquérito, findo ou não.

**26º**

E, por outro lado, se este foi dado como findo por um despacho do Mº. Pº. de arquivamento mas ainda existem efeitos jurídicos a serem produzidos e questões de Direito a serem decididas, naturalmente que é o mesmo Juiz (de instrução) que tem, para a prática dos respectivos actos decisórios, plena legitimidade e competência.

**27º**

Solução diversa – ou seja, como a consagrada pelo Sr. Procurador Geral da República, e que considera que a apreciação da licitude de actos do Ministério Público seria apenas de competência do mesmo Ministério Público – representaria a denegação da garantia constitucional da tutela jurisdicional efectiva dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, nomeadamente o direito de impugnação judicial de quaisquer actos que os lesem (art.ºs 20º e 268º, nº 4 da CRP),

**28º**

Porquanto sempre seria constitucionalmente inaceitável, por clara violação, também, do art.º 202º, nº 1 da CRP, qualquer solução diversa da que a Lei Fundamental estabelece naquele artigo: uma verdadeira “reserva de Jurisdição no sentido de que dentro dos tribunais só os Juizes poderão ser chamados a

praticar actos materialmente jurisdicionais”, como justamente sustentam Vital Moreira e Gomes Canotilho, *in* CRP anotada, vol II, pág. 509.

**29º**

E “buracos negros” em que uma entidade pública dotada de fortes poderes, designadamente invasivos e intrusivos da vida dos cidadãos poderá praticar os actos e coligisse os dados que bem ou mal entendesse, mesmo que sem qualquer fundamento jurídico e até de forma por completo ilícito e poderia ocultar a sua actuação, sem qualquer controlo ou escrutínio, desde logo por parte de um Juiz são algo próprio de um Estado policial e ditatorial e não, de todo, de um Estado de Direito democrático, tal como consagrado no art.º 2º da Constituição da República Portuguesa.

Termos que,  
Declarando-se a patente e  
múltipla inconstitucionalidade  
da vertente normativa consagrada  
no despacho do Sr.Procurador Geral  
da República ora reclamado,  
deve ser disponibilizado ao signatário  
o por ele oportunamente requerido  
acesso, e nos precisos termos  
em que o requereu, aos presentes autos

O Advogado requerente  
e interveniente accidental

António Garcia Pereira